



Genildo Magalhães/Agência Senado



Profissional de língua de sinais trabalha na audiência pública: comissões devem propor ampliação do serviço prestado pelos tradutores no Senado

Intérpretes de Libras cobram fortalecimento da profissão

Em debate realizado no Senado sobre acessibilidade para deficientes auditivos, intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) buscaram apoio para fortalecer o exercício

profissional. Eles pediram, por exemplo, a ampliação do serviço no Senado. Segundo o IBGE, mais de 5% da população do país tem alguma deficiência auditiva. **2**

Comissão pode votar créditos de mais de R\$ 7 bilhões

Estão na pauta de hoje da Comissão Mista de Orçamento duas medidas provisórias que preveem compra de equipamentos e de carros-pipa para comunidades atingidas por calamidades. **4**

Legislação sobre Defensoria Pública do DF será atualizada

Foram designados senadores integrantes da comissão que proporá a adequação da legislação à emenda que transfere da União para o Distrito Federal a organização e a manutenção da Defensoria Pública do DF. **4**

PEC transfere competência para reconhecer sentença estrangeira **3**

MP do Pasep deve começar a ser analisada hoje pelo Congresso **4**

CPI quer sequestro de bens dos integrantes do grupo de Cachoeira

Comissão enviará ofício propondo que Ministério Público peça à Justiça sequestro do patrimônio e retenção dos passaportes dos suspeitos de integrar organização

O *Journal Correio Brasileiro* noticiou que bens das pessoas acusadas de integrar a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira estão à venda e que o dinheiro

lhes permitiria fugir do país. O patrimônio é avaliado em R\$ 150 milhões. Por isso, a CPI do Cachoeira decidiu que enviará ao Ministério Público Federal em Goiás um ofício

propondo aos procuradores que peçam à Justiça o sequestro dos bens e a apreensão dos passaportes. A CPI está divulgando a lista dos bens em questão para dificultar a venda. **4**

Alvaro: oposição pedirá inquérito sobre Lula e o mensalão **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedido só será formalizado quando o STF concluir o julgamento, diz Alvaro

Viana diz que ex-presidente não se encontrou com Valério **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana: "Intolerância da elite com o PT já está institucionalizada"

Para Anibal, PSDB e Veja tentam encobrir a verdade **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Anibal, revista omite o que aconteceu em 1998 em Minas Gerais

Senadores criticam verba da cultura em festas no DF

Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque discutiram com representantes do movimento cultural a proposta do governo do Distrito Federal de utilizar recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) em festas de datas comemorativas. Os senadores e participantes da reunião defendem que as verbas para as festas devem estar previstas no orçamento do DF. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores e movimento cultural querem agendar reunião com governador do DF

Em debate sobre acessibilidade para deficientes auditivos, intérpretes da língua de sinais pedem fortalecimento do serviço na Casa e recebem apoio de parlamentares

Genildo Magalhães/Agência Senado



Aline Mendes, Sueide Miranda Leite, senador Rollemberg, Robert John da Silva e Felipe Fritz Braga na audiência pública

Comissões querem ampliar serviço de Libras no Senado

TRABALHAR PARA QUE o Senado seja vanguarda e referência na implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O compromisso foi assumido ontem por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em audiência pública das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Direitos Humanos (CDH).

O senador também informou que as comissões vão oficializar a Diretoria-Geral do Senado propondo que o serviço de intérpretes da língua brasileira de sinais (Libras) seja mantido e ampliado nas atividades da Casa.

Preocupados com o final do contrato do Senado com

os intérpretes de Libras e uma eventual não renovação, representantes das pessoas com deficiência auditiva e dos tradutores procuraram os senadores Rollemberg e Paulo Paim (PT-RS), que, como presidentes da CMA e da CDH, respectivamente, convocaram a audiência de ontem.

Rollemberg enfatizou que ainda não há uma decisão da diretoria da Casa para extinguir o serviço de Libras.

— O Senado Federal é um dos pioneiros na implementação desse serviço e, com a sensibilidade e o compromisso que o presidente Sarney tem demonstrado em relação a essa questão, eu não tenho a menor dúvida de que esse serviço não apenas será mantido

no âmbito da Casa, como será ampliado — afirmou.

O senador disse ainda que vai sugerir a criação de uma comissão com a participação da sociedade civil para estudar a melhor forma de ampliar a comunicação com os surdos nos programas da TV Senado, nos acessos à Casa e nos roteiros de turismo cívico.

No debate, o procurador do Ministério Público Federal Felipe Fritz Braga e o representante da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Robert John da Silva, destacaram iniciativas para implantar a convenção da ONU no país. O documento foi ratificado pelo Senado em 2008 (Decreto 6.949/09).

Legenda não substitui tradutor, diz sindicato

Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Intérpretes, Guia-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno, Aline Mendes alertou para o fato de que substituir os tradutores por legendas nas transmissões de TV não atende grande parte das pessoas com deficiência auditiva.

— A legenda é o português, não é estrutura linguística da língua de sinais, que tem referencial próprio — disse.

Rodrigo Rollemberg também avaliou que a legenda é uma linguagem parcial para

essa população, já que uma parcela significativa dos surdos que não são alfabetizados não se beneficia dela.

Segundo o presidente do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep), Sueide Miranda Leite, o serviço de *closed caption*, também chamado legenda oculta, custaria ao Senado quatro vezes mais que o trabalho dos intérpretes de Libras.

— O que é acessibilidade? Para o surdo, é a língua de sinais, e ponto — disse Aline Mendes, que pediu o fortalecimento da profissão

inclusive com a criação de um órgão regulamentador.

Em ofício enviado à audiência, Lindbergh Farias (PT-RJ) ressaltou que, embora já exista a Lei 12.319/10, que regulamenta o trabalho de tradutor e intérprete de Libras, ainda é difícil encontrar esses profissionais nos órgãos públicos brasileiros. Ele lembrou que, segundo o IBGE, mais de 5% da população brasileira tem alguma deficiência auditiva.

Também participaram do debate associações de surdos de Sobradinho, do Cruzeiro, de Santa Maria e de Taguatinga, no DF.

Cristovam sugere criação de bancada da acessibilidade

A criação de uma bancada da acessibilidade no Senado foi sugerida, durante a audiência de ontem, por Cristovam Buarque (PDT-DF).

— A acessibilidade é uma condição da democracia — enfatizou o senador.

Ele pediu sugestões para projeto de sua autoria (PLS 14/07) que institui a disciplina de Libras como optativa para os estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Lindbergh Farias, que preside a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência do Senado, ressaltou, por meio de ofício enviado à audiência, a necessidade de manter o serviço de Libras na Casa.

O senador é autor de projeto (PRS 40/11) que amplia o serviço de Libras no Senado. Ele também elogiou a Câmara dos Deputados por contratar mais intérpretes da língua.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão de hoje é não deliberativa: não tem votações e destina-se a pronunciamentos dos senadores.

COMISSÃO MISTA/MP: Dívidas de estados e prefeituras

9h Instalação da comissão que examinará a MP 574/12, que autoriza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a renegociar as dívidas acumuladas até 2011 por estados e municípios.

COMISSÃO MISTA/MP: Normas para parcerias público-privadas

9h30 Instalação da comissão que examinará a MP 575/12, que institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada. Serão conhecidos o presidente, o vice e o relator.

COMISSÃO MISTA/MP: Transporte ferroviário

10h Instalação da comissão que analisará a MP 576/12, que muda a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade para Empresa de Planejamento e Logística, com mais competências.

COMISSÃO MISTA/MP: Energia elétrica

10h30 Instalação da comissão que examinará a MP 577/12, que trata da extinção das concessões de energia e da prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço.

COMISSÃO MISTA/MP: Dedução no IR

11h Instalação da comissão que analisará a MP 578/12, que permite dedução no IR da depreciação acelerada de veículos de transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos.

EXPOSIÇÃO: 40 anos do Prodasen

11h Abertura da exposição *Prodases — 40 anos de tecnologia a serviço do Poder Legislativo*, na Senado Galeria, e da mostra de equipamentos do Museu do Prodasen, no Espaço Ivandro Cunha Lima. As exposições permanecerão abertas até 28 de setembro.

COMISSÃO MISTA/MP: Tarifa de energia

11h30 Instalação da comissão que examinará a MP 579/12, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Denúncia sobre mensalão repercute no Senado

Três senadores comentaram ontem a reportagem de capa da revista *Veja* desta semana, “Os segredos de Valério”, na qual um dos 37 réus do mensalão — o publicitário Marcos Valério, já condenado por lavagem de dinheiro, corrupção ativa e peculato, e ainda a ser julgado por evasão de divisas e formação de quadrilha — afirma que o ex-presidente Lula não apenas sabia do esquema de corrupção praticado no governo, como fazia parte dele.



Marcos Valério depõe à CPI dos Correios em julho de 2005: supostas declarações do publicitário ligando Lula ao mensalão geraram reações distintas em Plenário

J. Freitas/Agência Senado

Alvaro cobra investigação sobre envolvimento de ex-presidente

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que DEM, PSDB e PPS vão pedir à Procuradoria-Geral da República inquérito para investigar o teor de reportagem da revista *Veja* que acusa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de envolvimento no escândalo do mensalão, em 2005, durante o primeiro mandato. De acordo com a *Veja*, o empresário e publicitário Marcos Valério teria declarado a amigos que Lula conhecia o esquema de corrupção para comprar apoio político no Congresso. Alvaro informou que o pedido só será formalizado quando o Supremo Tribunal Federal concluir o julgamento do mensalão.

O senador lembrou que, em 2005, no encerramento dos trabalhos da CPI dos Correios, apresentou voto em separado propondo o *impeachment* do então presidente.

— O presidente não tomou nenhuma providência efetiva. Não exerceu as prerrogativas de seu cargo — disse.

Para Alvaro, o maior prejuízo ao país decorrente da compra de apoio político pelo governo é a redução da capacidade de investimento público em razão do superfaturamento de obras e serviços. Segundo ele, a transposição de tal modelo para estados e municípios criou

uma corrupção generalizada no país.

Em resposta a Jorge Viana (PT-AC) sobre um mensalão em Minas Gerais durante o governo de Eduardo Azeredo, do PSDB, Alvaro disse não ter condições de avaliar porque o caso não foi investigado pelo Congresso Nacional, mas acusou o PT de ter trazido esse assunto de 1998 à baila apenas em 2005, com o objetivo de desviar a atenção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jorge Viana diz que Lula não teve encontros com Marcos Valério

“A intolerância da elite brasileira com o PT está institucionalizada, é real. Eles não aceitaram o governo Lula por oito anos, eles apenas o engoliram”, afirmou Jorge Viana (PT-AC), garantindo que o ex-presidente Lula não teve encontros com o empresário Marcos Valério. O senador acusou o PSDB de ter criado o mensalão e disse que a oposição “não tem moral para questionar o PT”.

— O PSDB está na origem do mensalão. Não é uma denúncia do PT, é do Ministério Público. O processo [do PSDB] foi para o Supremo Tribunal Federal, misteriosamente foi desmembrado e depois saiu do STF — disse.

Segundo Viana, “Lula foi o presidente que mais trabalhou pelos pobres e pela inclusão social, sendo, também, o mais perseguido por uma parcela preconceituosa da elite brasileira”.

O senador disse acreditar que a reportagem da revista *Veja* é uma tentativa de manipulação da opinião pública às vésperas das eleições.

— O problema do país durante muitos séculos foi sua elite, não o seu povo — afirmou.

O senador garantiu que não existe nada no processo do mensalão que possa envolver o ex-presidente, ressaltando que, na opinião dele, Lula é uma “referência para o Brasil e para o mundo”.

— O serviço prestado pelo ex-presidente Lula a este país não vai ser a oposição, não vai ser uma elite atrasada, preconceituosa, que vai apagar. Ninguém pode esconder aquilo que foi feito, o trabalho que foi feito — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Anibal, “*Veja* tenta encobrir a verdade criando uma cortina de fumaça”

Segundo Anibal Diniz (PT-AC), a revista *Veja* tem se portado como “adversária contumaz do PT, tentando de todas as formas criar uma cortina de fumaça que impede as pessoas de enxergarem a verdade dos fatos e terem uma análise precisa dos acontecimentos”.

— Neste momento em que se processa o julgamento do mensalão, a *Veja* tenta, a partir de declarações supostamente obtidas de Marcos Valério, incriminar o ex-presidente Lula, ao mesmo tempo em que passa ao largo de qualquer análise sobre o que aconteceu antes de 2005, mais precisamente em 1998, quando já havia uma prática muito mais elaborada e profissional, vinda das hostes do PSDB mineiro — afirmou.

Para o senador, Lula entrou para a história como “a maior liderança do Brasil” e o ataque do PSDB a três semanas das eleições municipais é uma “tentativa desesperada de colocar o ex-presidente num patamar menor”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Justiça Eleitoral deveria ter magistrados exclusivos, afirma Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou que apresentará proposta de emenda constitucional para pôr fim à rotatividade dos membros da Justiça Eleitoral, com realização de concurso específico para juízes da área.

— Minha proposta busca dar à Justiça Eleitoral o mesmo tratamento que se dá à Justiça do Trabalho — afirmou.

Para o senador, a Justiça Eleitoral, por ter magistrados em sistema de rodízio, enfrenta descontinuidade permanente. Ele também apontou a falta de tempo

da Justiça Eleitoral, citando reportagem segundo a qual, a 19 dias do primeiro turno das eleições municipais de 2012, foi julgado apenas um terço dos recursos impetrados pelos candidatos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal: prefeito transformou Rio Branco em modelo de sustentabilidade para o país

Anibal Diniz (PT-AC), em discurso no Plenário, parabenizou o prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim, pela boa avaliação que obteve dos eleitores.

De acordo com pesquisa do Ibope, Angelim foi o prefeito mais bem avaliado do país, dividindo a liderança com Nelson Trad Filho, de Campo Grande. Os dois obtiveram dos eleitores índice de 61% de aprovação.

Para o senador, a pesquisa mostra “o compromisso e a dedicação” de Angelim na prefeitura. Eleito em 2004 e reeleito em 2008, Angelim conclui neste ano o segundo mandato. Segundo Anibal, ele transformou a capital acriana num modelo de sustentabilidade para o país.

Educação básica precisa das disciplinas Ética e Cidadania, segundo Sérgio Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou ontem a aprovação pelo Senado, em votação final na Comissão de Educação e Cultura (CE), de seu projeto (PLS 2/12) que propõe o ensino de Cidadania Moral e Ética, no ensino fundamental, e de Ética Social e Política, no ensino médio. O PLS 2/12 segue para a Câmara dos Deputados.

O senador disse que o momento é simbólico, já que o Congresso está envolvido com a CPI do Cachoeira e o Supremo Tribunal Federal julga o mensalão. Para ele, uma forma de evitar desvios éticos é investir na educação.

— Se queremos ser um país de primeiro mundo, precisamos formar cidadãos de primeiro mundo — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

PEC passa sentenças estrangeiras para juízes federais de primeiro grau

A competência para reconhecer sentenças estrangeiras pode sair da esfera do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como sugere proposta de emenda constitucional que começa a tramitar no Senado. Já encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o texto sugerido por Tomás Correia (PMDB-RO) delega a função aos juízes federais de primeiro grau.

O objetivo é liberar o STJ de função que consome tempo e não está relacionada à principal atribuição da corte, além de agilizar o cumprimento das decisões. A legislação brasileira admite aplicação interna de sentença estrangeira desde que seja para produzir os mesmos efeitos de condenação com base nas nossas leis.

CPI quer sequestro dos bens do grupo de Cachoeira

Jornal noticiou que patrimônio dos acusados, de R\$ 150 milhões, está à venda e que dinheiro seria usado na fuga deles do país; comissão de inquérito também defende que a Justiça retenha passaportes

A CPI DO Cachoeira quer que os bens das pessoas suspeitas de integrar a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira sejam sequestrados e que os passaportes sejam retidos.

Os integrantes da CPI propõem ao Ministério Público Federal em Goiás que apresente o pedido à Justiça. O sequestro dos bens e a retenção dos passaportes só podem ser feitos com ordem judicial.

A decisão da CPI foi tomada após o *Correio Brasileiro* noticiar a tentativa de venda de bens da organização. O valor total dos bens é de R\$ 150 milhões. Acredita-se que o dinheiro seria usado na fuga de envolvidos.

— Essas são as medidas que a CPI está tomando imediatamente — afirmou o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

No total, são 30 os investigados que tiveram os bens listados pela CPI. Entre os bens, está uma fazenda de R\$ 20 milhões em nome da mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça.

No nome da ex-mulher, Andréa Aprígio, há imóveis que somam R\$ 16 milhões e um avião de R\$ 750 mil. No nome de Cachoeira, há apenas um terreno de R\$ 1,5 milhão e, em sociedade com outras pessoas, uma fazenda de R\$ 17,5 milhões.

A CPI já havia pedido, em maio, o bloqueio dos bens de integrantes. Houve decisão favorável da primeira instância da Justiça, depois derrubada pela segunda instância.

A lista dos bens foi atualizada pela comissão com novos dados fornecidos pela Polícia Federal, os quais serão compartilhados com o Ministério Público, que já forneceu à CPI uma lista das empresas que geram mais preocupação.

O objetivo da CPI, segundo o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), é dar publicidade à lista para evitar a venda dos bens. Para o vice-presidente da comissão, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), é importante garantir que os bens fiquem congelados até que a ação transite em julgado (receba

sentença definitiva), de modo que o Estado possa reaver valores obtidos ilegalmente.

Quanto aos passaportes, a CPI espera que a Justiça determine um prazo para que todos os denunciados na ação penal decorrente da Operação Monte Carlo, em que Cachoeira foi preso, entreguem-nos à Justiça, sob pena de prisão preventiva. Há 81 pessoas nessa situação.

Dinheiro

Para o deputado Mendes Thame (PSDB-SP), que assinou o ofício ao Ministério Público como representante da Minoria na CPI, a decisão da CPI é correta. Para ele, apenas a divulgação da lista não basta.

— Temos cobrado que a gente siga o dinheiro. Queremos saber, com os dados do sigilo bancário das diversas [empresas] “laranjas”, para onde foi o dinheiro, quem foram os beneficiados, se houve agentes públicos, se houve políticos.

A próxima reunião da CPI não tem data. Deve ocorrer após as eleições de outubro.

Créditos extraordinários de mais de R\$ 7 bi estão na pauta da Comissão de Orçamento

Duas medidas provisórias estão na pauta da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne hoje às 11h: a MP 573/12, que libera R\$ 6,8 bilhões para a compra de equipamentos por parte do governo, visando estimular a economia; e a MP 572/12, que destina R\$ 381 milhões para a compra de carros-pipa e outros equipamentos para o atendimento a comunidades atingidas por calamidades ou desastres, especialmente na região Nordeste.

A MP 573/12 foi editada pelo governo em 28 de junho. Os R\$ 6,8 bilhões em questão serão distribuídos por nove ministérios, que devem utilizar esses recursos para a compra de equipamentos — a medida faz parte do PAC Equipamentos, que visa fortalecer a economia e a indústria brasileira.

Os ministérios são os seguintes: Cidades, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Integração Nacional, Justiça, Planejamento, Saúde e Transportes.

Já os R\$ 381 milhões previstos pela MP 572/12 — editada em 6 de junho — serão destinados ao Ministério da Defesa, que atua no atendimento às comunidades quando há calamidades e desastres.

Utilização

No relatório sobre a matéria, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou que os recursos devem ser utilizados para a compra de veículos, reboques, carros-pipa, reservatórios para transporte de água, bombas d'água, geradores, máquinas e equipamentos. Também há previsão de verbas para execução de obras emergenciais, capacitação técnica de pessoal para o emprego dos equipamentos, contratação de mão de obra terceirizada e obtenção e manutenção de postos de abastecimento de combustíveis para atendimento à população.

Além das MPs, estão na pauta da CMO 13 projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares.

Congresso deve instalar comissão para MP do Pasesp

Estados e municípios devedores do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasesp) enfrentam, desde junho, a retenção de parcelas dos débitos nos repasses de verbas dos fundos de participação (FPE e FPM). A providência foi estabelecida em medida provisória (MP 574/12) que já teve o prazo de validade prorrogado por 60 dias, a partir de agosto.

Para hoje, está prevista a eleição do presidente e do vice e a indicação do relator da comissão mista encarregada de analisar a MP. A proposição também amplia a vigência da redução a zero das alíquotas do PIS-Pasesp e da Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de massas alimentícias. Uma das vantagens oferecidas a estados e municípios que aderirem à medida é a redução das multas em 60%; dos juros em 25% e dos encargos legais em 100%. Outra é a ampliação do parcelamento de 60 meses para 15 anos.

A desoneração tributária para as massas alimentícias deve se prolongar, segundo a MP 574/12, até 31 de dezembro deste ano. A intenção é manter a redução no preço de venda dos produtos.

Comissão adequará leis a mudança na Defensoria do DF

Foram designados pela Presidência os senadores que integrarão a comissão mista destinada a elaborar projetos para adequar a legislação infraconstitucional às mudanças promovidas pela emenda que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF (EC 69/12).

Como titulares foram indicados Cyro Miranda (PSDB-GO), Clovis Fecury (DEM-MA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Taques (PDT-MT) e Sérgio Petecão (PSD-AC). Como suplente, Kátia Abreu (PSD-TO). O colegiado será integrado ainda pelo mesmo número de deputados.

A comissão deverá elaborar os projetos em 60 dias. Promulgada em 29 de março, a Emenda 69/12 teve origem na PEC 7/08, do senador Gim Argello (PTB-DF).

De acordo com a emenda, a nova organização da Defensoria Pública do DF deverá adotar os mesmos parâmetros, princípios e regras que regem as defensorias estaduais. A organização do Poder Judiciário do Distrito Federal e a do Ministério Público do DF permanecem a cargo da União.



O vice-presidente da CPI, Paulo Teixeira, o presidente, Vital do Rêgo, e o relator, Odair Cunha: escritório ao Ministério Público

Senadores criticam fundo para festas no DF

RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF), com representantes do movimento cultural do Distrito Federal, manifestaram-se contra a proposta de utilizar o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) para festas de datas comemorativas. A proposta do governo do Distrito Federal (GDF) foi debatida na Comissão de Educação e Cultura.

Criado em 1991, o FAC é o principal instrumento de fomento às atividades artísticas da Secretaria de Cultura, com 0,3% da receita corrente líquida do Distrito Federal. Para 2012, estão previstos para o fundo R\$ 44 milhões.

Cristovam considerou uma irresponsabilidade usar em festas dinheiro do fundo. Rollemberg acrescentou que está tentando marcar encontro

com o governador, Agnelo Queiroz, para que a proposta seja revogada. Segundo o senador, usar o FAC para financiar Natal, Carnaval e aniversário de Brasília significaria enorme retrocesso.

Para o diretor executivo do Núcleo de Arte e Cultura de Brasília, Marbo Giannaccini, recursos para festas devem estar previstos no orçamento.

O coordenador do Fórum de Cultura do Distrito Federal, Renio Quintas, disse que houve aumento no valor destinado à cultura, que há três anos não passava de R\$ 3 milhões e hoje chega a R\$ 44 milhões.

Também participaram da reunião o presidente da Rede das Culturas Populares e Tradicionais, Marcelo Manzatti; o presidente da Associação Brasileira de Cinema e Vídeo

Cristovam classifica como irresponsabilidade a proposta de uso do fundo



(ABCV), André Carvalheira; o presidente da Associação Brasileira de Violão (Bravio), Alvaro Henrique; o secretário executivo da Fundação Brasileira de Teatro (FBT), Augusto Lacerda Brandão, e a representante da Associação Cultural Claudio Santoro, Gisèle Santoro.